



**ÁGUA LIMPA
E PARADA: É DISSO
QUE O MOSQUITO
DA DENGUE GOSTA.**

EVITE ÁGUA LIMPA E PARADA EM PNEUS, PRATOS DE PLANTAS, XAXINS, GARRAFAS, LATAS E EM OUTROS RECIPIENTES. TAMPE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS, TAMBORES E OUTROS DEPÓSITOS DE ÁGUA.



DISQUE SAÚDE
0800-611997

Ministério
da
Saúde



Diário Oficial

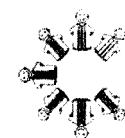
Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VI - Nº 1111 - Segunda-feira, 19 de Setembro de 2005

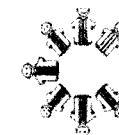
PODER EXECUTIVO

Resolução



CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 1790/90 - CNPJ 03.347.101/0001-21
Rondonópolis - MT



CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 1790/90 - CNPJ 03.347.101/0001-21
Rondonópolis - MT

RESOLUÇÃO Nº 06/2005

Dispõe sobre os critérios de eleição para a escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Rondonópolis pela Comunidade.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso das atribuições que lhe confere a Lei 4.606 de 18 de Agosto de 2005, em atendimento à ECA e a deliberação da Assembléia Extraordinária do CMDCA no dia 12 de Setembro de 2005 resolve:

Artigo 1º - Os candidatos a Conselheiros Tutelares do Município de Rondonópolis, aprovados no teste psicológico e prova de conhecimentos gerais e ECA, cumprindo a última etapa do processo seletivo, serão votados pela comunidade do Município.

Artigo 2º - O voto será direto, secreto e facultativo.

Artigo 3º - O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabine indevassável.

Artigo 4º - As urnas receptoras dos votos serão instaladas nas seguintes escolas:

:Escola Estadual EEMOP- Centro -10ª Zona Eleitoral

Escola Estadual Adolfo Augusto de Moraes-Vila Aurora - 45ª Zona Eleitoral

Escola Estadual São José Operário-Vila Operária - 46ª Zona Eleitoral

Parágrafo Único - Os eleitores deverão votar na escola correspondente a Zona Eleitoral constante em seu Título de Eleitor.

Artigo 5º - A eleição será presidida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através da Comissão Eleitoral e fiscalizada pelo Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Rondonópolis.

RESOLUÇÃO Nº 05/2005

Dispõe sobre a RECONDUÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES QUE ATUAM NO CONSELHO TUTELAR CENTRAL.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso das atribuições que lhe confere a Lei 4.606 de 18 de Agosto de 2005, em atendimento à ECA e a deliberação da Assembléia Extraordinária do CMDCA no dia 12 de Setembro de 2005 resolve:

Artigo 1º - Reconduzir os Conselheiros Tutelares que atuam no Conselho Tutelar Central, pelo prazo de 01 ano, para serem avaliados conforme a Lei nº 4.606, Artigo 8º, Parágrafo 1º, podendo os mesmos após a avaliação completarem ou não o restante do mandato previsto.

Artigo 2º - Os Conselheiros Tutelares reconduzidos passarão a ser denominados Conselheiros Tutelares do Município de Rondonópolis e estarão regidos pela Lei nº 4.606 de 18 de agosto de 2005.

Dê ciência ao Prefeito Municipal de Rondonópolis
Dê ciência à Curadoria da Infância e Adolescência
Dê ciência aos Conselhos Tutelares de Rondonópolis

CUMPRA-SE

Rondonópolis, 16 de Setembro de 2005

Luiz Antonio da Silveira Abreu
LUIZ ANTONIO DA SILVEIRA ABREU
PRESIDENTE

Expediente

Prefeito Municipal	Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito	Manoel Machado
Secretaria de Ação Social	Rosemar Lindé Sachetti
Secretaria de Administração	Gastão de Matos
Sec. de Desenv. Econ. e Meio Ambiente	Elio Rasia
Secretaria de Educação	Professor Javert Melo Vieira
Sec. Esporte, Cultura e Lazer	Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Finanças	Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Governo	Ailton das Neves
Secretaria de Planejamento	Eugênia Lemos Barros Bárbara
Secretaria da Receita	Edenício Avelino Santos
Secretaria de Saúde	Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Sec. Transporte, Transito e Desenv. Urbano	João Batista de Oliveira
Procuradoria Geral do Município	Adilton Pinto da Silva
CODER	Milton Luiz Araújo
SANEAR	Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
Diário Oficial do Município	Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO	Josemar Ramiro da Silva

DIORONDON

Filiado: ABIO- Associação Brasileira de Imprensa Oficial

Impressão, Distribuição e Assinatura

Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526

Vila Aurora - fone (66) 422-3333 ramal 219

CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h

Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000

Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: **Gastão de Matos**

Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu

Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br

E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon		
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65	
Assinatura Semestral	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros
retrada no balcão	R\$ 50,00	por centímetro linear de coluna
		R\$ 1,20

Artigo 6º - A cédula oficial que será entregue ao pré-candidato, comprovando sua inscrição, será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 7º - Os eleitores deverão votar no nome do candidato ou apelido.

Parágrafo Único - Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência aquele que solicitou primeiro.

Artigo 8º - Constará relação de todos os candidatos na cabine indevassável.

Artigo 9º- Atuarão como mesários nas escolas os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente seus titulares e suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

Artigo 10- Não podem ser mesários, os parentes dos candidatos consanguíneos ou afins até terceiro grau.

Artigos 11 – Constituem a mesa receptora de votos um presidente, um secretário, nas respectivas escolas escolhidas pela Comissão Eleitoral.

Artigo 12- O Presidente deverá estar presente ao ato da abertura e do encerramento, salvo força maior.

Artigo 13- O início da votação será impreterivelmente às 8:00hs e o término as 17:00hs.

Artigo 14- O Presidente após o término da eleição, deverá entregar a urna devidamente lacrada, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sito a Avenida Mal.Rondon, nº 1538 –Centro de Referência –Programa Sentinela.

Artigo 15- As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação aos quais juntamente com o relatório final da eleição e o material serão entregues a Comissão Eleitoral.

Artigo 16- O transporte dos documentos da eleição, será providenciado pelo Presidente da Mesa e secretário.

Artigo 17- Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos cumprir as normas de procedimento constantes nesta Resolução estabelecidas pela Comissão Eleitoral.

Artigo 18- A eleição será realizada no dia 24/09/2005(Sábado), no horário das 8h: 00 às 17h00.

Artigos 19- Podem votar os maiores de 16 anos (dezesesseis anos) inscritos como eleitores no Município de Rondonópolis.

Artigo 20- Em cada local de votação será afixada lista dos candidatos aptos e habilitados, com seus respectivos nomes / apelidos, a serem recolhidos pela Comunidade para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Rondonópolis.

Artigo 21- O eleitor deverá apresentar a Mesa Receptora de Votos o título de eleitor e a carteira de identidade ou outro documento com foto.

Artigo 22- Existindo dúvida quanto a identidade do eleitor, o presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes no título de eleitor e na carteira de identidade, confrontando-os com a identidade com a feita na sua presença e mencionando na ata a dúvida suscitada,

Artigo 23- A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público e por fiscais indicados pelo Ministério Público e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em cada colégio eleitoral.

Artigo 24- O eleitor votará uma única vez, em um (01) candidato na Mesa Receptora de Votos.

Artigo 25 – O sigilo do voto é assegurado mediante isolamento do eleitor em cabine apenas para efeito de votação do candidato.

Artigos 26- Serão considerados eleitos Conselheiros Tutelares, os cinco (05) primeiros candidatos mais votados no Município de Rondonópolis seguidos de dez (10) suplentes, de acordo com o número de sufrágios recebidos.

Artigo 27- Havendo empate na votação será considerado eleito, o candidato que possuir mais tempo de experiência na área de infância e da juventude de acordo com os documentos apresentados no ata da inscrição.

Artigo 28 –Persistindo o empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso.

Artigo 29 – Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidade nos excessos praticados por seus simpatizantes.

Artigos 30- Não serão permitidos propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

Artigo 31- Considera-se grave perturbação a ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

Artigo 32- Considera-se aliciamento de eleitores por meio insidiosos, o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, mediante apoio para as candidaturas:

Artigo 33- Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativa na população que, sabidamente, não poderão, ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor ao erro, com objetivo de auferir com isso, vantagem a determinada candidatura:

Artigo 34- É vedado aos candidatos ao Conselho Tutelar, propaganda eleitoral em rádio e televisão, outdoors e luminosos, sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos:

Artigo 35- Fica proibido a realização de debates nos três últimos dias que antecedem a eleição:

Artigo 36- É vedado no dia da eleição o transporte de eleitores em veículos considerados coletivos (ônibus e caminhões).

Artigo 37- Compete a Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes a propaganda eleitoral podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação das candidaturas.

Artigo 38- O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 39 – Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 12 horas da notificação serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Artigo 40- É vedado aos órgãos das administrações públicas direta e indiretas, federais, estaduais e municipais realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como propaganda eleitoral.

Artigo 41- É vedado a quem está no exercício da função pública, fazer propaganda e colocar em vantagem, candidato:

Artigo 42 – No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral.

Artigo 43- A apuração dos votos será feita manualmente pela contagem, em cada urna receptora de votos, através dos membros da Mesa, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do Ministério Público.

Artigo 44- Após a apuração dos votos poderão os candidatos apresentar impugnação que serão decididas pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público no prazo de 24 horas.

Artigo 45 –Concluída a contagem de votos, a Comissão Eleitoral deverá fechar o relatório dos votos referentes a votação manualmente.

Artigo 46 – Concluída a apuração dos votos o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da eleição, afirmando os nomes dos eleitos em lugares públicos, órgãos de comunicação, Internet, colocando o número de sufrágios recebidos e o resultado da eleição.

Artigo 47 – Ocorrendo vacância do cargo, assumirá imediatamente o suplente que houver obtido maior número de votos, pelo período restante do mandato.

Dê ciência ao Prefeito Municipal de Rondonópolis
Dê ciência à Curadoria da Infância e Adolescência

CUMPRA-SE

Rondonópolis, 19 de Setembro de 2005

EVIZ ANTONIO DA SILVA ABREU
EVIZ ANTONIO DA SILVA ABREU
PRESIDENTE

Poder Legislativo

Lei



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº 4.617- DE 30 DE AGOSTO DE 2005.

Que dispõe sobre autorizar o Poder Executivo o repasse à Associação de Desenvolvimento Econômico de Rondonópolis (BANCO DA GENTE) de 10% (dez por cento) do IPTU / TSU, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e o Prefeito não se manifestou, e eu Vereadora Vilma Moreira dos Santos Oliveira, na qualidade de 2ª Vice-Presidente e nos termos do § 8º - Art. 59 da Lei Orgânica Municipal, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar mensalmente à Associação de Desenvolvimento Econômico de Rondonópolis (Banco da Gente) o valor referente a 10% (dez por cento) do montante arrecadado proveniente do recebimento do IPTU / TSU lançado em atividade ativa do Município.

Art. 2º - Os repasses serão mensais e ininterruptos.

Art. 3º - Esta Lei cessará seus efeitos no ato do pagamento do 12º (doze segundo) repasse.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário.

Rondonópolis (MT), 30 de agosto de 2005;
89º de Fundação e 51º da Emancipação Política (Lei 3.621).

Vilma Moreira dos Santos Oliveira
Vilma Moreira dos Santos Oliveira
2ª VICE-PRESIDENTE

Ver. Ananias Martins de Souza Filho
Ver. Ananias Martins de Souza Filho
1º SECRETÁRIO

PL Nº 01/2005
Ver. Zé Márcio Guedes

Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON

LEI Nº 4.618 - DE 30 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre a obrigatoriedade das Unidades Públicas de Saúde ou Hospitais e Clínicas conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) de permitir a presença de um acompanhante junto às gestantes durante o trabalho de parto, parto e pós-parto.

PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e o Prefeito não se manifestou, e eu Vereadora Vilma Moreira dos Santos Oliveira, na qualidade de 2ª Vice-Presidente e nos termos do § 8º - Art. 59 da Lei Orgânica Municipal, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - As Unidades Públicas de Saúde ou Hospital e Clínica conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS), ficam obrigadas a permitir a presença de um acompanhante junto às gestantes durante o trabalho de parto, parto e pós-parto.

Art. 2º - O acompanhante de que trata o artigo anterior será indicado pela parturiente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rondonópolis (MT), 30 de agosto de 2005;
89º de Fundação e 51º da Emancipação Política (Lei 3.621).

Vilma Moreira dos Santos Oliveira
Vilma Moreira dos Santos Oliveira
2ª VICE-PRESIDENTE

Ver. Ananias Martins de Souza Filho
Ver. Ananias Martins de Souza Filho
1º SECRETÁRIO

PL Nº 02/2005
Ver. Mariúva Valentin
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON

Rua Cafelandia s/nº - Centro - Rondonópolis - MT - CEP: 78600-000 - Fone: (0**66)426-8521 - 26-8784 - Rondonópolis/MT

LEI Nº 4.619 - DE 30 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre a utilização em REGIME DE PLANTÃO nos finais de semana e nos feriados nacionais, estaduais, municipais e religiosos a FARMÁCIA COMUNITÁRIA, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e o Prefeito não se manifestou, e eu Vereadora Vilma Moreira dos Santos Oliveira, na qualidade de 2ª Vice-Presidente e nos termos do § 8º - Art. 59 da Lei Orgânica Municipal, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizado a FARMÁCIA COMUNITÁRIA do Sistema Único de Saúde (SUS) funcionar em regime de plantão nos finais de semana e nos feriados nacionais, estaduais, municipais e religiosos, no horário compreendido das 8(oito) às 17(dezessete) horas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rondonópolis (MT), 30 de agosto de 2005;
89º de Fundação e 51º da Emancipação Política (Lei 3.621).

Vilma Moreira dos Santos Oliveira
Vilma Moreira dos Santos Oliveira
2ª VICE-PRESIDENTE

Ver. Ananias Martins de Souza Filho
Ver. Ananias Martins de Souza Filho
1º SECRETÁRIO

PL Nº 06/2005
Ver. Mariúva Valentin
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON